



Ministério da Educação

ATA DE REUNIÃO

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO COM A FINALIDADE DE ELABORAR SUBSÍDIOS E RECOMENDAÇÕES PARA A REGULAMENTAÇÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES NO ÂMBITO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES).

Em vinte e três dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, às quinze horas, aconteceu a primeira reunião ordinária do **GRUPO DE TRABALHO NO ÂMBITO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES)**, realizada no Ministério da Educação (MEC). Estiveram presentes, como membros do Grupo de Trabalho (GT) instituído pela Portaria nº 244, de 14 de abril de 2025: Rodolfo de Carvalho Cabral, Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Educação; Adilson Santana de Carvalho, Diretor de Políticas e Programas de Educação Superior; Marcelo Bragagnoli, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica; Sandro Augusto Silva Ferreira, representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); Amanda Machado dos Santos, Assessora de Gabinete da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC); Veruska Ribeiro Machado, representante do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF); Marcelo Acácio da Silva, representante da União Nacional dos Estudantes (UNE) e Lucas Piaia Petrocino, representante da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG); Adejane de Sousa e Silva Moura; Alexandre Marafon Favero; Ana Carla Saturnino da Cruz; Ana Lucia Silva De Sousa; Andre Luis De Jesus Fernandes, Coordenador-Geral do FNDE; Andre Viti Garavaglia Marianno; Borba David Coimbra, coordenador-Geral do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Camila Porto Fasolo; Cleber Santos Vieira; Daiana Vieira; Elayne Messias Passos; Fabiana Hermogenes Da Silva; Fabio Da Silva Paiva; Fabricio Carmo Cabral, Diretor de Programa da Secretaria- Executiva; Fernanda Rodrigues Targino; Giovanna Maísa Gamba, Coordenadora-Geral da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior; Giovanna Megumi Ishida Tedesco; Gregorio Durlo Grisa; Janaina Ferreira de Almeida; Janice Araujo Silva Almeida; Juliana Isabelli Miguel Coelho; Juscelino Pereira Silva; Lilian Carvalho do Nascimento; Luiz Claudio Lima Costa; Marcus Vinicius David, Secretário de Educação Superior; Marisa de Santana da Costa; Milton Ferreira de Jesus; Natane Freire de Lima; Palloma De Souza Franco; Pierry Teza; Svetlana da Silva Ribeiro Chaves; Tobias Pereira Soares Filho; Vanessa Stopanovski Ribeiro e Yann Evanovick Leitão Furtado. O sr. Rodolfo de Carvalho Cabral deu início à reunião dando boas-vindas aos presentes e destacando a importância do grupo de trabalho (GT) para debater a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pela Lei nº 14.914 de 2024, e a regulamentação dos programas nela previstos. Informou que a abertura deste primeiro encontro, composto de cerimonial e auditório, é *sui generis* e que as próximas reuniões seriam mais informais. Em seguida ressaltou a importância desse debate, que visa sistematizar as políticas de assistência estudantil, incluindo universidades e institutos federais de educação, ciência e tecnologia. Afirmou que o GT terá a função de regulamentar o funcionamento e a dinâmica de implementação dos programas previstos na lei. Destacou que uma das políticas do governo é desenvolver programas com a participação social e de entidades da sociedade civil e que o GT incluirá representantes do MEC, ANDIFES, CONIF, ANPG, UNE e outras entidades estudantis para debater a implementação dos programas, questões orçamentárias, monitoramento e avaliação das políticas. Afirmou que a atuação desses representantes garantirá uma participação ampla e representativa no desenvolvimento das políticas de assistência estudantil. Salientou que o GT terá a função de coletar subsídios, informações e sugestões das entidades envolvidas e da sociedade civil para construir uma política de assistência estudantil mais participativa, completa e concreta. Em continuidade, o sr Rodolfo destacou que a Lei nº 14.914/2024 trouxe um novo passo para a assistência estudantil, com o desafio de concretizar uma política estruturada, com planejamento, objetivos, metas, monitoramento e garantia de igualdade de acesso e condições para os estudantes nas universidades e institutos federais. Ressaltou, ainda, a importância de garantir igualdade de acesso e condições de manutenção para os

estudantes, permitindo que eles possam focar nos estudos com segurança e tranquilidade, tendo garantias de subsistência nas instituições de ensino. Em prosseguimento, o sr. Rodolfo explicou que a Portaria 244, de 14/04/2025, instituiu o GT com a participação de órgãos do MEC — Capes, FNDE, Inep —, e entidades da sociedade civil, como ANDIFES, CONIF, ANPG, UNE e UBES e mencionou que o grupo tem um prazo de 20 dias para aprovar o plano de trabalho, que será detalhado por Adilson Santana de Carvalho. O plano incluirá as propostas iniciais de cada secretaria e permitirá intervenções de cada membro do grupo. Explicou que cada encontro do GT permitirá que as entidades façam suas exposições detalhadas e protocolem subsídios por escrito para serem considerados na elaboração do decreto presidencial, que detalhará a aplicação da política do PNAES. Finalizou sua fala afirmando que cada entidade terá um espaço para fazer suas intervenções e apresentar suas contribuições de forma detalhada e completa, garantindo participação ampla e representativa no desenvolvimento das políticas de assistência estudantil. A palavra foi passada ao sr. Marcelo Bragagnoli, que iniciou sua fala destacando as cinco palavras-chave mencionadas pelo ministro e que estão envolvidas nesse trabalho: acesso, permanência, qualidade, equidade e inclusão. Enfatizou também a importância do compromisso com a sociedade, especialmente com aqueles historicamente excluídos dos processos educacionais. Em seguida, destacou a necessidade de dar voz e vez a esses grupos, garantindo ações inclusivas e sensíveis às suas necessidades. Mencionou que a assistência estudantil enfrentou desafios orçamentários significativos no passado, com exclusão de diversas políticas e programas, e destacou a importância de um governo que favoreça ações de assistência estudantil, tanto orçamentariamente quanto em termos de ações concretas. Por fim, ressaltou que a assistência estudantil é essencial para garantir a permanência dos estudantes, especialmente em relação à alimentação, transporte, moradia e atendimentos pedagógicos e de saúde. Em seguida, a palavra foi passada ao sr. Adilson, que cumprimentou os presentes e parabenizou o professor Rodolfo Cabral pela assunção do cargo de Secretário Executivo Adjunto. Em seguida solicitou que a apresentação fosse exibida, mas destacou que o professor já havia feito uma introdução do assunto voltada para a perspectiva jurídica sobre os principais elementos da Portaria do GT. Informou que a exposição seria reduzida, visto que parte dela não faria sentido e destacou que a principal finalidade do grupo de trabalho é o processo de coleta de subsídios para regulamentação dos programas e ações previstas na Lei do PNAES. Declarou que a competência específica do grupo é a articulação junto às entidades representativas da sociedade civil e de atores do governo, de acordo com as experiências, destacando que um ponto principal é fazer um processo de diagnóstico, a partir da coleta de dados disponíveis, sobre cada um dos programas para que seja construída a regulamentação. Em seguida informou que os princípios orientadores estão voltados para o diálogo, equidade e justiça social, transversalidade nas políticas públicas e a interseccionalidade entre as políticas, respeitando também a autonomia universitária. Face ao diagnóstico de cada programa, visaria três eixos: proposta robusta de normatização (a partir da estratégia adotada); a escolha de estratégias para o financiamento de longa prazo das políticas e programas — pois não é viável apenas um desenho organizado se não existir alternativas para o enfrentamento dos problemas de financiamento; e os instrumentos de monitoramento e avaliação — enaltecendo a presença da sra. Camila e da SEGAPE que acompanhará na construção da regulamentação - para que seja construída uma política robusta, com o devido acompanhamento e estratégias eficientes para a coleta de informações, visto que já possuem experiência na construção do SIS-PNAES, apesar de não ser uma tarefa fácil, pois as informações atuais estão desarticuladas. Além do que a presença da SETEC e os Institutos que agregarem na mesma política aumentarão o desafio devido às culturas administrativas diferentes, para que então seja feita junto à construção de conteúdo, a criação de indicadores, monitoramento e avaliação. Mencionou brevemente sobre a composição do GT e explicou que este inclui representantes de quase todas as secretarias do MEC, além da Capes, FNDE e Inep, bem como de representantes de diversas entidades da sociedade civil, como ANDIFES, CONIF, ANPG, UNE E UBES, e por fim destacou o Art. 7º que permite convidar outros representantes. Prosseguiu citando sobre o cronograma que foi dividido em 5 etapas, sendo a primeira a coleta de estudos e pareceres sobre cada tema, a segunda é composta por um relatório final a partir dos dados anteriores que será base para a terceira etapa sobre a construção das propostas normativas, seguida pela quarta etapa que visa a consulta pública através da Plataforma Brasil Participativo e finaliza com um evento nacional, após o envio à Casa Civil, além da capacitação dos gestores. Informou que a publicação da Portaria é do dia quatorze de abril de dois mil e vinte e cinco, destacando que a duração inicial do GT será de cento e vinte dias (findando-se em quatorze de agosto)

com possibilidade de uma prorrogação por noventa dias (limitando-se em quatorze de novembro) e por fim o prazo de quarenta e cinco dias para a elaboração do relatório final (coincidindo com o último dia do ano), conforme previsão do texto oficial. Afirmou que é um prazo razoável e conforme a Portaria devem ser feitas reuniões ordinárias quinzenais e a possibilidade de reuniões extraordinárias sobre temas específicos. Finalizou a fala informando que essa apresentação se tratava de um resumo do documento que os participantes do GT receberam e solicitou que a apresentação fosse interrompida, destacando ter feito rápido resumo para a apreciação de todos e desejou que seja um trabalho positivo - reiterando seus cumprimentos à presença de todos os participantes e aproveitou a oportunidade para apresentar a professora Lúcia Pellanda, recém chegada à SESU e que auxiliará na coordenação do trabalho para posterior decisão sobre a permanência de ambos-, encerrando a fala com agradecimento. Após a fala do sr. Adilson, foi passada a palavra à sra. Amanda, que iniciou sua fala saudando a professora Veruska, que representa na os institutos federais (CONIF) e os trabalhadores e trabalhadoras que fazem a política de assistência estudantil e que precisam participar desse processo e que se trata de um marco histórico. Afirmou que os institutos federais são extremamente atuantes na política de permanência estudantil e ressaltou a importância de participar dessa atuação. Em seguida, complementou o plano de trabalho apresentado pelos srs. Rodolfo e Adilson em relação às datas de aceitação, pelo GT, de contribuições públicas realizadas pelas entidades, que seria somente até o dia 30 de setembro, visto haver prazo para elaboração do documento final. Reforçou a importância de se atentarem em relação aos prazos. Ratificou que as reuniões acontecerão quinzenalmente de forma remota para garantir a participação de todos os membros do GT, cuja composição é de pessoas do Brasil inteiro. Ressaltou a importância das reuniões e destacou o trabalho árduo em razão da quantidade de programas previstos no artigo 4º da Lei — 11 programas —, e a necessidade de pensar em cada um deles para atender toda a diversidade no âmbito das universidades e institutos federais. Destacou a importância de regulamentar a política de forma a atender os estudantes, desde a educação infantil até a pós-graduação. Finalizou sua fala afirmando que o desafio é muito grande, mas que a SETEC e o MEC contam com a contribuição de todos os presentes. Posteriormente, a palavra foi passada ao sr. Sandro Augusto, que iniciou seu discurso destacando que a Lei nº 14.914/2024 é resultado de mais de 20 (vinte) anos de demandas e esforços para transformar a política de assistência estudantil em uma política de estado. Ressaltou a trajetória da implantação da política, que teve início com a publicação da Portaria em 2007, que constituiu a primeira medida efetiva que consolidava um investimento na assistência estudantil, até a publicação do Decreto, em 2010. Destacou a importância da lei para garantir a permanência dos estudantes nas universidades e institutos federais. Mencionou a contribuição de diversas pessoas e entidades para a aprovação da lei, como a senadora Dorinha, primeira proponente do Projeto de Lei (PL) — ainda em 2011 logo após a publicação do decreto —, que deu origem à atual Lei PNAES; o ex-secretário Alexandre Brasil, que contribuiu na elaboração da proposta da lei; e a deputada Alice Portugal, que foi a relatora da lei na fase final de aprovação. Por fim, informou que a Andifes vem ansiando a instalação desse GT, representada pela reitora Roselma Lucchese (vice-presidente da Andifes) e pelo Fonaprace, na condição de suplente. Disse crer que os desafios principais passem pela diversidade das políticas trazidas pela lei e que a assistência estudantil foi iniciada em 3 (três) grandes áreas de atuação (alimentação, moradia e transporte), mas que chegou hoje a uma gama de possibilidades de promoção da assistência estudantil, que é fruto direto das experiências práticas de gestores na ponta. Disse que a questão do financiamento é o tema que mais gera preocupação, dada a transformação que a universidade vive nos últimos anos em vista das ações afirmativas e que esse público que agora ocupa as universidades precisa ainda mais da assistência estudantil como nunca visto antes, fazendo com que essas instituições recorram a ações como essa. O sr. Sandro finalizou sua fala convidando aos presentes a prestigiar a exposição realizada no *hall* de entrada que mostra a experiência das pró-reitorias de assuntos estudantis e convidar para o seminário que a Andifes realizará no dia 25 com transmissão na sede da Andifes sobre a PNAES no trabalho sobre a regulamentação (da Lei). Em seguida, a fala foi passada à sra. Veruska Ribeiro, que destacou a importância da regulamentação para a rede federal de educação profissional e tecnológica e a necessidade de atender a diversidade de estudantes. Além disso, mencionou os desafios específicos da rede federal, como a diversidade de ofertas e a necessidade de profissionalização do debate sobre políticas estudantis. Destacou que era um dia histórico, pois esperaram por mais de uma década para que a assistência estudantil virasse lei, já que sendo apenas o decreto a base legal do programa, estavam bastante frágeis e vulneráveis. Afirmou que a transformação dessa política em uma Lei foi uma conquista

e o próximo desafio consistia em proceder com sua regulamentação. Afirmar que será um grande desafio conseguir chegar a um trabalho que torne minimamente possível o monitoramento e avaliação das instituições envolvidas no âmbito da rede federal, em razão de sua estrutura organizacional e ofertas diferenciadas entre si. A perspectiva, segundo a sra. Veruska, é atender ao público mais vulnerabilizado. Ressalta que a existência da assistência estudantil sempre foi vital para que a missão da rede federal fosse cumprida. Afirmar que em termos de CONIF, há uma perspectiva crescente de profissionalização do debate de regulamentação da LEI PNAES e atuação de forma integrada com o FONAPRACE. Destaca que em 2024 foi constituído o primeiro fórum de políticas estudantis da rede federal de educação profissional e tecnológica e é coordenado por Natália, do Instituto Federal de Pernambuco. Detalha que a representação do CONIF dentro do Grupo de Trabalho é composta pela presidência da câmara de políticas estudantis e pela Cintia, servidora do colégio Dom Pedro II. A palavra foi passada ao sr. Lucas Piaia, que destacou a importância da assistência estudantil na pós-graduação e a necessidade de continuidade das políticas públicas de inclusão. Menciona que a diretoria de assistência estudantil e permanência foi criada oficialmente durante o 29º Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduandos, há cerca de um ano. Afirmar que os mecanismos de assistência estudantil criados para atender os alunos da graduação devem se estender e permanecer aos alunos da pós-graduação. Afirmar que mais de 90% da política pública no Brasil é formada na pós-graduação, o que, segundo ele, seria estratégico para o desenvolvimento nacional. Ressalta que as bolsas acabam ganhando um caráter primário de subsistência e que essa necessidade vivenciada por muitos alunos da graduação, muitas vezes, permanece no âmbito da pós-graduação. Por fim, mencionou os desafios orçamentários enfrentados pelos pós-graduandos e a necessidade de reajustes constantes nas bolsas e deixa um apelo para que os programas estejam intrinsecamente ligados às necessidades e tenham uma estruturação completa no âmbito da pós-graduação. Cita alguns dos programas já existentes no universo da graduação, como moradia estudantil; restaurante universitário e meia passagem, que precisam ser continuados no âmbito da pós-graduação, pois o objetivo da associação é ter cada vez mais mestres, doutores criando e fortalecendo a ciência brasileira.

Após, a palavra foi passada ao sr. Marcelo Acácio que iniciou saudando a todos os participantes e falou sobre a importância da UNE na luta pela aprovação da política de assistência estudantil e a necessidade de enfrentar os desafios orçamentários. Ressaltou que a questão orçamentária perpassa como um tema transversal nesse processo de regulamentação da Lei de Política Nacional de Assistência Estudantil. Afirmar que a questão da permanência estudantil foi objeto de discussão no fórum da União Nacional dos Estudantes ocorridos há cerca de 2 anos. Afirmar a importância de a Política avançar no que tange às necessidades decorrentes dos desafios atuais, como a necessidade de auxílio alimentação, creche e saúde mental. Parabeniza o Ministério da Educação por receber os estudantes não só na qualidade de ouvintes, mas de articuladores da Política Nacional. Cita a importância dessa iniciativa para a manutenção desses estudantes, mormente em razão do contexto do senso do ensino superior de 2023 que apresenta a questão da transição de matrículas em massa para o ensino privado. Afirmar que a política de assistência não se resume a manter o estudante na sala de aula, mas auxiliar na transição para o mercado qualificado de trabalho. Também mencionou a questão da discussão sobre destinar 10% do PIB e 75% do Royalties do pré-sal para a educação. Reforçou seu papel dentro da política enquanto estudante e, por fim, cita o desafio final consistente na inclusão das instituições estaduais nessa Política. Após a fala do sr. Marcelo foram abertas as inscrições para manifestação de outros participantes, oportunidade em que o sr. Cléber, professor da universidade federal de São Paulo, atualmente cedido ao MEC, se manifestou e afirmou que acompanha o processo da assistência estudantil como militante há um certo tempo e que esse processo tem um marco cronológico em 2012 com um aprofundamento em 2016 quando houve a inclusão das pessoas com deficiência e em 2023 com a inclusão dos quilombolas. Ressalta que as ações afirmativas estruturam a vida de 50% das instituições brasileiras na perspectiva da assistência estudantil. Destaca a supressão da inclusão de participação dos indígenas e quilombolas no plano de trabalho, conforme está previsto na OIT 169 e que sua participação constitui direito desse público. Afirmar que no cronograma acertadamente foi registrada essa possibilidade de participação para pessoas com deficiência e gostaria que essa inclusão se ampliasse aos quilombolas e indígenas. Por fim, afirma que no ano corrente foi publicada a Portaria Ministerial 207, que instituiu o Comitê de Acompanhamento do Programa Bolsa Permanência com a participação dos indígenas como reconhecimento da diversidade necessária desse público nos institutos e universidades. Após, o sr. José

Almiram requereu a fala. Se apresentou como representante da Federação dos Sindicatos das Universidades – FASUBRA e afirma que esse é um momento histórico para os integrantes do movimento social, que lutaram bastante para se conseguir essa inclusão. Cita que há anos, quando estavam pleiteando pela política de cotas, quando trabalhava na Universidade Federal do Ceará enfrentaram debates em que as pessoas diziam que a qualidade do ensino cairia se destinassem a cota para o estudante oriundo da escola pública. Afirma que aconteceu exatamente o contrário: a universidade vem conquistando a cada ano mais excelência. Afirma que na qualidade de defensor das políticas de inclusão se entristece ao ver pessoas que não conseguem permanecer nas universidades por falta de assistência. Destaca a importância de ter uma política de assistência aprovada por lei e espera que essa assistência não dependa de emenda parlamentar para sua efetivação. Outro ponto levantado pelo professor se deu em relação a uma situação que aconteceu quando estava viajando para Manaus e encontrou com uma estudante que estava cursando medicina na Universidade Federal do Amazonas - UFAM pelo Sistema de Seleção Unificado – SISU e ao questionar, foi informado que boa parte dos estudantes que estavam matriculados em cursos de excelência vinham de fora e ao finalizar os cursos, retornavam para seus estados. Outro problema apontado seria o aumento de custo de vida nos locais em que se instalavam novas instituições de ensino, como exemplo, citou o aluguel, que aumentava de forma estratosférica, reduzindo o acesso apenas aqueles que tinham condição financeira se de manter, cenário que seria diferente com a assistência estudantil. Em resposta à fala do sr. Cleber, a sra. Amanda Machado explica que está organizando uma dinâmica em que consiga debater todos os programas individualmente como câmeras temáticas. Afirma que a ideia é tratar todos os programas de forma individual com seus respectivos públicos viabilizando sua participação para regulamentar a lei da maneira mais democrática possível. Em seguida, passou a palavra para o sr. Rodolfo que propôs a aprovação do plano de trabalho na próxima reunião, com encontros temáticos para debater políticas específicas, oportunidade em que entidade poderá apresentar suas contribuições sobre os pontos levantados. O sr. Rodolfo de Carvalho Cabral encerrou a reunião, destacando a importância de estruturar a política de assistência estudantil e a necessidade de continuar os trabalhos com responsabilidade. Antes do encerramento formal da reunião, a sra. Cristina, representante da FASUBRA, que participou de forma virtual, manifestou interesse em falar, oportunidade em que reforçou a fala do sr. Marcelo, e ratificou sua posição enquanto defensora da política de financiamento para os estudantes, principalmente por meio do PNAES, mas reforçou a importância de concurso para servidores especializados no que concerne ao acolhimento de estudantes com necessidades especiais, o que foi respondido pelo sr. Sandro que a referida proposta seria considerada no momento oportuno de debate de políticas de acessibilidade. A reunião foi encerrada e após foi registrada a foto coletiva.

Rodolfo de Carvalho Cabral – SE/MEC

(Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Educação)

Adilson Santana de Carvalho – SESU/MEC

(Diretor de Políticas e Programas de Educação Superior)

Marcelo Bragagnoli – SETEC/MEC

(Secretário de Educação Profissional e Tecnológica)

Amanda Machado dos Santos Duarte – SETEC/MEC

(Assessora Especial da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica)

Veruska Ribeiro Machado - CONIF

(Representante do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica)

Marcelo Acácio da Silva - UNE

(Representante da Associação Nacional dos Estudantes)

Lucas Piaia Petrocino - ANPG

(Representante da Associação Nacional dos Pós-Graduandos)

Sandro Augusto Silva Ferreira - ANDIFES

(Representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior)

Alexandre Marafon Favero

Ana Carla Saturnino da Cruz

Ana Lucia Silva De Sousa

André Luis de Jesus Fernandes - Coordenador-Geral do FNDE

André Viti Garavaglia Marianno - CGARB/DIEB/ SEB

Artur Antônio dos Santos Araújo - SESU/GAB/MEC

Borba David Coimbra - FNDE
(Coordenador-Geral do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação)

Camila Porto Fasolo - DMAPE/SEGAPE/MEC

Cleber Santos Vieira - GAB/SECADI

Daiana Vieira de Moraes - GAB/GAB/GM/MEC

Elayne Messias Passos - GAB / GM / MEC

Fabio Da Silva Paiva – SE/GAB/MEC

Fabricio Carmo Cabral – SE
(Diretor de Programa da Secretaria- Executiva)

Fernanda Rodrigues Targino – SE/GAB/MEC

Giovanna Máisa Gamba – SERES
(Coordenadora-Geral da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior)

Giovanna Megumi Ishida Tedesco – DMAPE/SEGAPE/MEC

Gregorio Durlo Grisa – SASE/GAB/MEC

Janaina Ferreira de Almeida – GAB/SECADI/PLUS SERVICE

Juliana Isabelli Miguel Coelho

Juscelino Pereira Silva - SESU/DIFES

Lúcia Campos Pellanda - SESU/GAB/MEC

Luiz Claudio Lima Costa - SE/GAB/DP3

Marisa de Santana da Costa - SEB/DIEB/MEC

Milton Ferreira de Jesus - ACS/GM

Palloma De Souza Franco - SECADI/GAB

Pierry Teza - SETEC

Svetlana da Silva Ribeiro Chaves - GM/GAB

Tobias Pereira Soares Filho - SE/SGA/MEC

Vanessa Stopanovski Ribeiro – SERES/MEC
(Coordenadora-Geral)

Yann Evanovick Leitão Furtado – SECADI
(Coordenador-Geral)



Documento assinado eletronicamente por **Artur Antônio dos Santos Araújo, Coordenador(a)-Geral**, em 29/07/2025, às 19:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Adilson Santana de Carvalho, Secretário(a), Substituto(a)**, em 31/07/2025, às 19:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Juscelino Pereira Silva, Diretor(a)**, em 01/08/2025, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Fabio da Silva Paiva, Gerente de Projeto**, em 04/11/2025, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6020220** e o código CRC **F3C3AD2A**.
